

**Título do capítulo**

CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA INFLAÇÃO

**Autores (as)**

Renato Villela

**DOI**

**Título do livro**

O Brasil no fim do século: desafios e propostas  
para ação governamental

**Editor (es)**

**Volume**

**Série**

**Cidade**

**Editora**

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

**Ano**

1994

**Edição**

1ª

**ISBN**

**DOI**

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 1994

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://repositorio.ipea.gov.br>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---

# Conseqüências Sociais da Inflação

Renato Villela\*

**D**entre os efeitos negativos da inflação sobre a economia, os tradicionalmente apontados como mais importantes são a introdução de graves distorções alocativas, que acarreta o uso ineficiente dos recursos disponíveis, e a elevação desmesurada do grau de incerteza e, portanto, de risco associado às decisões dos agentes, que acaba por inibir o investimento e conseqüentemente o crescimento. O comprometimento do nível de emprego de longo prazo é uma das decorrências óbvias dessa situação.

Além desses efeitos, a alta de preços impacta de forma desproporcionalmente desfavorável a qualidade de vida dos mais pobres de várias maneiras.

Em primeiro lugar, a inflação é um importante fator de corrosão do valor real do rendimento de parcela significativa da população. Até a implantação da URV — unidade real de valor — em fevereiro do corrente ano,<sup>1</sup> a política salarial vigente, em que a reposição plena da inflação só ocorria a cada quatro meses, impunha aos salários uma perda real de cerca de 15% no período entre recomposições, para taxas de inflação mensais da ordem de 35%.

Além desse fator, em conjunturas de alta inflação, a falta de acesso dos mais pobres ao mercado financeiro causa uma perda real adicional decorrente da corrosão inflacionária do salário ao longo do mês em que ele é gasto. Os valores mínimos para garantir o acesso às várias modalidades de serviços

---

\* Da Diretoria de Pesquisa do IPEA.

1 Para maiores detalhes quanto às características do Plano Real, ver Villela, Renato e Levy, Paulo M., *O plano real e a consolidação da estabilidade*, neste volume.

financeiros disponíveis para pessoas físicas estão muito além da capacidade dos que se encontram nos estratos inferiores da distribuição de renda. Pesquisa realizada no ano passado deu conta de que mais de 60% dos entrevistados no município do Rio de Janeiro não possuíam ativos financeiros. Isto significa que a renda de mais da metade da população carioca, certamente os mais pobres, não era protegida de forma alguma contra a inflação.<sup>2</sup>

Em outro artigo deste volume<sup>3</sup> mostra-se que, em 1990, 16 milhões de brasileiros não dispunham de renda suficiente para o atendimento de suas necessidades alimentares básicas, não obstante a disponibilidade interna de alimentos superar amplamente as necessidades calóricas e protéicas por habitante recomendadas pela FAO. O problema, então, no caso de nosso país, é muito menos ligado à falta de alimentos do que ao desencontro entre o poder aquisitivo dos mais pobres e o custo da alimentação.

Outro efeito negativo de um processo de instabilidade, como o que vivemos até recentemente, sobre as classes menos favorecidas se dá através da desestruturação do mercado formal de trabalho. É notório o impacto que a combinação de altas taxas de inflação e surtos recorrentes de recessão têm sobre a oferta de postos de trabalho, notadamente naqueles que exigem menor qualificação.<sup>4</sup>

Em termos absolutos, o impacto da inflação sobre os mais pobres se dá não apenas de forma direta sobre o orçamento familiar, conforme discutido acima. Na medida em que sua qualidade de vida depende significativamente do acesso subsidiado ou gratuito a serviços públicos como saúde, educação, saneamento, transporte, etc., a recente deterioração da quantidade e da qualidade de tais serviços, que decorre diretamente da instabilidade econômica do país e do desajuste financeiro do setor público, confere ao problema uma gravidade ainda maior, que a consideração pura e simples da renda monetária não revela.

Cabe recordar, ainda, que a deterioração da infra-estrutura social não só afeta o nível de bem-estar dos pobres de forma imediata, como é o caso da atual crise no sistema hospitalar brasileiro, mas também tem efeitos que se fazem sentir de forma mais remota, dado o longo período de maturação característico de uma ampla gama de investimentos na área social. Esse extenso prazo é responsável, por exemplo, pela melhoria verificada em

---

2 Para maiores detalhes quanto a esse ponto, ver Neri, Marcelo. *Inflação, acesso a serviços financeiros e distribuição de renda*, neste volume.

3 Rocha, Sonia. *Caracterização da pobreza no Brasil*, neste volume.

4 Ver Amadeo, Edward *et alii*. Ajuste estrutural e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. *Perspectivas da Economia Brasileira - 1994*, IPEA, Rio de Janeiro, 1993.

alguns indicadores sociais, no final dos anos 80 e início dos 90, como o nível nutricional das crianças e sua frequência à escola, abastecimento de água e ligações à rede de esgoto, dentre outros, que certamente se explica pelos investimentos efetuados ao longo da década de 70.

Assim, pode-se dizer que tal defasagem temporal vai futuramente atuar em sentido inverso e que, portanto, todo um conjunto de efeitos negativos da chamada *década perdida*, principalmente na área social, ainda está por se fazer sentir. Como resultado da elevada inflação que se experimentou até muito recentemente, da crise do setor público e da baixíssima taxa de investimentos, aspectos indissociáveis de um mesmo problema, pode-se passar a conviver com a combinação explosiva de falta de dinamismo econômico com carência acentuada de infra-estrutura social.

É nesse sentido que se considera absolutamente prioritária a política antiinflacionária. Os problemas crônicos relacionados à pobreza no Brasil e o processo recente de sua concentração nas grandes metrópoles são significativamente ampliados pela elevada inflação. Pode-se dizer que é este processo de alta de preços, principalmente sua aceleração, que confere um caráter potencialmente explosivo ao problema da pobreza.

Coloca-se então um aparente dilema: deve o governo engajar-se fortemente em um programa antipobreza de caráter assistencial, ainda que incorrendo em elevados custos financeiros, ou deve ater-se a uma política antiinflacionária tradicional, com severa contenção dos gastos públicos? De um lado, pesa a necessidade de se combater uma situação quase desesperadora em que considerável parcela da população hoje vive e, de outro, por tudo o que se discutiu acima, é evidente que só com o fim da inflação e a posterior retomada do crescimento se poderá pensar numa política social realmente eficaz. O desafio do governo neste momento é implementar um programa social que traga efetivos resultados sem desequilibrar ainda mais as contas públicas, evitando assim que se retome o processo inflacionário.

Uma ação decisiva de combate aos graves problemas sociais do país não pode estar dissociada de um cenário em que a perspectiva dominante seja a de um ajuste fiscal. Dadas as dimensões do problema, tanto as medidas de caráter imediato quanto as voltadas para o prazo mais longo exigem uma quantidade significativa de recursos públicos, que não se encontram disponíveis nos volumes requeridos. Infelizmente, o malogro das recentes tentativas no sentido de solucionar a questão fiscal no país mostra de forma eloqüente o quanto ainda falta para que se percebam a inevitável vinculação entre inflação e pobreza e seu alto grau de causalidade. É difícil conceber como os programas emergenciais que hoje se discutem e o restabelecimento de padrões mínimos de qualidade no serviço público na área social possam

ser implantados, com o alcance e a profundidade requeridos pela gravidade da situação atual, na ausência de um efetivo ajuste fiscal.

Aparentemente, ainda não ficou claro para muitos que, sob pena de que não se consolide a estabilidade em nossa economia, não se pode engajar num programa de caráter assistencial abrangente sem que, ao menos, se tenha efetivamente iniciado o processo de ajustamento das contas do governo. Corre-se o risco, caso seja esta a opção, de adiar mais uma vez o início do verdadeiro combate à miséria, pois a única forma eficaz de fazê-lo com possibilidades de, eventualmente, erradicá-la é através da combinação de eficiência econômica e justiça social. Trata-se, nesse caso, de redistribuir renda num contexto de crescimento econômico. A inflação atua perversamente sobre este binômio, já que simultaneamente prejudica o crescimento e favorece a assimetria na distribuição de seus frutos. Portanto, a política assistencial, ainda que necessária e urgente, não pode ser financiada de forma inflacionária, sob pena de, numa perversa ironia, se transformar num dos próprios focos da miséria.